



**INSTITUTO DE HUMANIDADES- IH**  
**BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**LUIZINHO JORGE CÁ**

**INSTABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DA CRISE POLÍTICO-  
INSTITUCIONAL DA NONA LEGISLATURA**

**REDENÇÃO**  
**2019**

**LUIZINHO JORGE CÁ**

**INSTABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DA CRISE POLÍTICO-  
INSTITUCIONAL DA NONA LEGISLATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Adolfo Pereira de Sousa Junior

**REDEÇÃO  
2019**

## SUMÁRIO

01. APRESENTAÇÃO .....	pág. 05
02. JUSTIFICATIVA .....	pág. 06
03. DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO.....	pág. 07
04. OBJETIVOS .....	pág. 09
<b>04.1. Objetivo geral.....</b>	<b>pág. 09</b>
<b>04.2. Objetivos específicos.....</b>	<b>pág. 09</b>
05. HIPÓTESES .....	pág. 10
06. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	Pág.10
<b>06.1. Contextualização da história política e territorial da Guiné-Bissau: Breve Introdução.....</b>	<b>pág. 10</b>
<b>06.2. Guiné-Bissau antes da chegada dos portugueses.....</b>	<b>pág. 11</b>
<b>06.3. Invasão europeia (portuguesa) e colonização.....</b>	<b>pág. 12</b>
<b>06.4. Luta pela independência da Guiné-Bissau.....</b>	<b>pág. 14</b>
<b>06.5. Pós-independência da Guiné-Bissau: regime do partido único.....</b>	<b>pág. 16</b>
<b>06.6. Guiné-Bissau depois do partido único: A era democrática.....</b>	<b>pág. 18</b>
<b>06.7. Guerra civil de 7 de Junho de 1998 à 1999.....</b>	<b>pág. 19</b>
<b>06.8. Golpe de estado de 2003: Deposição do presidente Koumba Yala.....</b>	<b>pág. 20</b>
<b>06.9. Assassinatos de presidente João Bernardo Vieira e de general Tagme Na Waié.....</b>	<b>pág. 21</b>
<b>06.10. Golpe de estado de 12 de Abril de 2012.....</b>	<b>pág. 22</b>
07. CRISE POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA NONA LEGISLATURA.....	pág. 26
<b>07.1. Oitavo (VIII) congresso do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC): Congresso de Cacheu divisão interna do PAIGC.....</b>	<b>pág. 26</b>
<b>07.2. Atuação do presidente da república José Mário Vaz- O transbordo de crise interna do PAIGC para crise nacional.....</b>	<b>Pág. 28</b>

<b>07.3. Divórcio político entre o PRS e o PAIGC- Ascensão do grupo dos 15 deputados do PAIGC .....</b>	<b>pág. 30</b>
<b>07.4. Crise político-institucional da nona legislatura na Guiné-Bissau: um diferencial na história política do país.....</b>	<b>pág. 31</b>
08. METODOLOGIA DE PESQUISA .....	Pág.35
09. REFERÊNCIAS.....	Pág. 38

## 1. APRESENTAÇÃO

A República da Guiné-Bissau foi unilateralmente proclamada independente em 1973 e “reconhecido” por Portugal em 1974. Depois da independência, se instituiu a primeira organização estatal predominado por militares do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) - partido protagonista da luta para a independência. Essa primeira autoridade vigorou até 1994 ano em que foi organizado a primeira eleição democrática e livre da Guiné-Bissau. Durante 45 anos do período pós-independência, o país passou por um período de constante turbulência política que gerou as consecutivas alternâncias do poder político do estado.

As turbulências políticas na sua maioria foram motivados pela intervenção dos militares nos assuntos políticos (golpes militares), apreensões e assassinatos de figuras públicas e políticas, etc. E em consequência desta situação, o país já conheceu vários chefes de estado (presidentes da república), e vários chefes de governo (primeiros ministros) num período de quarenta e cinco (45) anos de independência.

É claro que essas constantes mudanças dos governos refletiram negativamente na vida económica, política e social do país, e consequentemente abala o progresso e bem-estar almejados. Hoje em dia, os problemas de naturezas diversas que os povos guineenses enfrentam são consequências dos desdobramentos de um longo período das cíclicas instabilidades políticas no país. No entanto, torna se necessário evidenciar os principais fatores que influenciam as constantes instabilidades e crises políticas e institucionais na Guiné-Bissau.

Diante dessa necessidade acreditamos que este projeto de pesquisa pode contribuir especificamente para a explicitação dos principais fatores condicionantes da crise político institucional da nona (IX) legislatura na Guiné-Bissau e consequentemente responder as questões inerentes a consolidação do estado e da democracia guineense.

A transversalidade temporal desse tema e a necessidade da sua contextualização nos moveram à detalhar cronologicamente e de uma forma precisa os acontecimentos políticos que marcaram a história territorial e política da Guiné-Bissau em seguintes principais tópicos: Guiné-Bissau antes da chegada dos portugueses; Invasão europeia (portuguesa) e colonização; Luta pela independência da Guiné-Bissau; Pós-independência da Guiné-Bissau: regime do partido único; Guiné-Bissau depois do partido

único: A era democrática; Guerra civil de 7 de Junho de 1998 à 1999; Golpe de estado de 2003: Deposição do presidente Koumba Yala; Assassinatos de presidente João Bernardo Vieira e de general Tagme Na Waié; e Golpe de estado de 12 de Abril de 2012, antes de debruçar sobre Crise político-institucional da nona legislatura que de acordo com a nossa inquietação será o principal objeto da nossa investigação.

Por ser um tema ainda muito recente e conseqüentemente pouco discutido, e com objetivo de tornar esse projeto de pesquisa o mais coerente possível, buscamos, por enquanto, aprofundar o nosso estudo nas teorias de diferentes autores guineenses e não guineenses que já debruçaram sobre as temáticas de instabilidades e crises políticas na Guiné-Bissau cujos nomes estão listados nas referências desse trabalho nas últimas páginas.

## 2. JUSTIFICATIVA

A Guiné-Bissau (antiga colônia portuguesa) proclamou unilateralmente a independência no dia 24 de Setembro de 1973. Em 10 de Setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas a alcançar o status político de país livre. Depois de duas décadas da independência, o país entrou na democracia nos anos de 1991 à 1994, com a nova Constituição e eleições para a Assembleia Nacional Popular. E de acordo com o texto constitucional cada legislatura tem a duração de quatro anos a contar a partir da data de publicação dos resultados eleitorais. “Cada legislatura tem a duração de quatro anos e inicia-se com a proclamação dos resultados eleitorais”. (ARTIGO 79º.CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Pag.22).

Depois da proclamação da independência até agora (2019), a história política da Guiné-Bissau foi constantemente marcada pelas crises políticas cíclicas que deram origem à nove (9) diferentes legislaturas e a única que chegou fim é a nona (IX). Apesar de ter chegado ao fim, a nona legislatura deparou com séries de problemas político-institucionais que levou o país a conhecer sete (7) diferentes “governos” num período de quatro anos. Essa troca de sucessivos governos acabou de refletir negativamente na vida econômica e social da população Guineense e, não permitiu de novo, a consolidação de expectativas tidas pelas populações depois do período turbulento do golpe de estado de 12 de Abril de 2012 que derrubou o governo liderado por então primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, vulgarmente conhecido por “Cadogo Filho”.

No entanto, esse projeto de pesquisa servirá como meio através do qual darei a minha contribuição necessária tangente as respostas específicas sobre os principais fatores motivantes da crise político-institucional que abalou a Guiné-Bissau durante nona legislatura.

Não obstante, escolhi este tema pela vontade que tenho de contribuir para o melhoramento da situação política institucional que pairou e continua a pairar na Guiné-Bissau há mais de quatro décadas depois da libertação do jugo colonial.

O tema mereceu a minha inquietação não só por ser um tema muito recente no cenário histórico da política do país, mas também por ser até agora pouco estudado. Também o período sobre o qual esta pesquisa vai abordar foi grandemente presenciado e vivenciado por mim, pelo que acho que a minha dedicação a procura das causas deste conflito poderia trazer uma resposta não menos importante na resolução de problemas conflituais no campo sociopolítico da Guiné-Bissau. Para além disso, esse é um trabalho que vai servir como um dos requisitos parciais à obtenção de título de Bacharel em Humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

### 3. DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

O estudo que estamos a projetar através deste projeto de pesquisa vai ter o seu enfoque geralmente na instabilidade política da Guiné-Bissau e de uma forma precisa sobre crise político-institucional da nona legislatura que se estendeu de 2015 à 2018 na Guiné-Bissau. Serão analisadas as manifestações políticas de diferentes partidos políticos durante o tempo de crise, tanto os que tem assentos parlamentares e os sem assentos parlamentares como partes atuantes no cenário político Guineense. A perspectiva externa também merecera uma análise dado que a comunidade internacional desempenha um papel relevante no âmbito político do país.

A nossa indagação vai focar-se nesta principal questão: Quais são os principais fatores que condicionaram crise político-institucional da nona legislatura na Guiné-Bissau? É óbvio que o efeito da crise política em qualquer que seja país não se ajuda na consolidação e aplicação efetiva de políticas públicas a favor dos povos, e isto acaba por influenciar o não crescimento económico e social do país alvo do fenómeno, o que exige a resolução desse problema.

A Guiné-Bissau vivenciou um período de três anos de crise política que se arrastou de 2015 à 2018, mas, desta vez um pouco diferente com as outras crises anteriores. Porque nesta última não registou o levantamento militar, entretanto, como é que se deu e agudizou essa crise?

Fazendo um olhar muito atento e de ponto de vista crítica é possível afirmar que a crise política que abalou a nona legislatura neste país tem consequências muito negativas para a população Guineense, contudo, importa questionar: Será que a mesma crise traz por outro lado alguns benefícios para o desenvolvimento do processo democrático na Guiné-Bissau?

De acordo com o texto constitucional da Republica da Guiné-Bissau os militares não tem competências de se interferir nos assuntos da natureza política por ter uma função especial de fiscalizar e garantir a integridade territorial tanto aéreo, marítima e terrestre do país.

“1 - As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública. 2 - É dever cívico e de honra dos membros das FARP participar ativamente nas tarefas da reconstrução nacional. 3 - As FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.

4 - As FARP são apartidárias e os seus elementos, no ativo, não podem exercer qualquer atividade política”. (ARTIGO 20º DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS - DA NATUREZA E FUNDAMENTOS DO ESTADO- TÍTULO Iº DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU-1996. Pag.7).

Contudo, os agentes das (FARP) foram consideradas ao longo dos tempos como principais fatores da instabilidade política na Guiné-Bissau, porem, o período da crise que ora pretendemos analisar (2015 a 2018) foi vivenciado sem nenhuma manifestação inerente a interferência do poder militar nos assuntos políticos. Neste caso importa perguntar: porquê que não houve levantamento militar durante o período desta crise tal como aconteceu nos períodos anteriores? Ou seja porque que não aconteceu a situação congénere do caso de 12 de Abril de 2012 em que os militares derrubaram o governo do então Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior que na altura era candidato a presidência da república?

O presidente da republica da Guine Bissau José Mário Vaz nomeou sete (7) primeiros-ministros (chefes de governos) e demitiu seis (6) deles num período menos de quatro anos do conflito político, será que todas essas sucessivas nomeações dos chefes de governos obedeceram rigorosamente as legislações vigentes no país?

Algumas individualidades preocupadas com as longas crisações políticas no país apontam a reforma do texto constitucional como uma das soluções para sobressaltos políticos já registrados na

Guiné-Bissau, será que o principal motivo do impasse político no país está no sistema do governo ou na falta do cumprimento das normas por parte dos atores políticos?

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é uma organização patrocinadora da mediação de crise política que durou três anos na Guiné-Bissau sem solução. Nesse âmbito é possível indagar, porquê que não foi possível alcançar uma solução mais rápida para por cobrir o desentendimento entre classes políticas da Guiné-Bissau tal como aconteceu no impasse político de Gambia depois dos resultados eleitorais de eleições de 2016? Será que não existe uma luta de interesse entre os países integrantes da organização capaz de influenciar o agudizar da situação na Guiné-Bissau?

Essas e mais outras questões correlacionadas ao nosso tema serão objetos de análise para podermos achar requisitos importantes que nos permitirão propor resposta ao nosso principal problema de pesquisa que passa necessariamente pela compreensão de principais fatores condicionantes da crise político-institucional que desestabilizou politicamente por completo os três anos da nona legislatura (2015 à 2018) num país que já conheceu várias situações de golpe de estado.

#### 04.OS OBJETIVOS

##### 04.1. Objetivo geral:

-Compreender os principais fatores que condicionaram crise político-institucional da nona legislatura na Guiné-Bissau.

##### 04.2. Objetivos específicos:

-Descrever os principais acontecimentos políticos do período que antecedeu o processo eleitoral que culminou com o início da nona legislatura na Guiné-Bissau.

-Entender as relações do poder entre Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os tribunais na Guiné-Bissau.

-Analisar posições políticas dos principais partidos políticos durante o período da crise político-institucional da nona legislatura na Guiné-Bissau.

-Analisar o papel desempenhado pela comunidade internacional (CEDEAO) na resolução da crise político-institucional da nona legislatura na Guiné-Bissau.

## 05. HIPÓTESES

H<sup>1</sup> A demissão do primeiro governo da nona (IX) legislatura que mereceu a confiança da maioria parlamentar levou o país a mergulhar numa crise política que desestabilizou o tecido político, económico e social do país;

H<sup>2</sup> Crise político-institucional da nona (IX) legislatura na Guiné-Bissau é a consequência das querelas políticas entre o presidente da república José Mário Vaz, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido da Renovação Social (PRS);

H<sup>3</sup> A crise político-institucional da nona (IX) legislatura na Guiné-Bissau é um dos reflexos da herança inadequada do sistema de governação e do estado moderno capitalista e da aderência a “democracia” multipartidária por meio da coerção internacional sem preparação interna.

H<sup>4</sup> As dificuldades que os atores políticos Guineenses têm de se reconhecerem as leis da república e as disputas geopolíticas e económicas dos países da comunidade internacional com a finalidade de apropriar os recursos do país são principais fatores da crise político-institucional da nona (IX) legislatura na Guiné-Bissau.

## 06. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 6.1. Contextualização da história política e territorial da Guiné-Bissau: Breve Introdução

A história política do território que hoje é conhecido por Republica da Guiné-Bissau foi genericamente marcada em grande parte por guerras, conflitos e rivalidades entre diferentes grupos que ocuparam esse espaço. Uma das causas dessas lutas, esta ligada com a imposição que um determinado grupo exerce ou pretende exercer sobre o outro com a intenção de dominação e de manutenção do poder. Com o objetivo de enfatizar de uma forma pontual e sistemática os acontecimentos que nos permitirão pôr em evidência os principais fatores que condicionaram a crise político-institucional da nona legislatura Guineense, procuramos trazer nesse trabalho as experiências correlacionadas ao período que antecedeu a invasão europeia no século XV, uma época em que a África ocidental já organizava em grandes impérios e reinos fortemente poderosos. Por outro lado debruçar acerca da história do mesmo território depois da chegada dos invasores europeus com foco na invasão Portuguesa. Sendo assim, dividimos essa parte de contextualização em seguintes tópicos de abordagens: Guiné-Bissau antes da chegada dos portugueses; Invasão europeia (portuguesa) e

colonização; A luta pela Independência da Guiné-Bissau; Pós-independência da Guiné-Bissau: regime do partido único; Guiné-Bissau depois do partido único: A era democrática; Guerra civil de 7 de Junho de 1998 à 1999; Golpe de estado de 2003; Assassinatos de presidente João Bernardo Vieira e de general Tagme Na Waié e Golpe de estado de 12 de Abril de 2012.

## 6.2. Guiné-Bissau antes da chegada dos portugueses

A história sobre costa ocidental da África nos períodos antes da invasão europeia enfatiza que o território conhecido hoje como a República da Guiné-Bissau é uma parte que pertencia Senegâmbia. Designa-se de Senegâmbia uma extensão territorial, política e administrativa da sub-região Africana que abrangia os territórios dos atuais estados de Senegal, Gambia e Guiné-Bissau e algumas partes da Mauritânia, do Mali e da Guiné-Conakri. A presença do poder política que sustentou o reino senegambiano antecedeu o século XV e isto pressupõe dizer que essa região já tinha uma organização administrativa antes da chegada dos europeus no continente Africano. Tal como nos informou o investigador BARRY (1990):

Trata-se antes de tudo desta vasta região-constituída pelas curvas do Rio Senegal e do Rio Gambia, desde as suas fontes nos planaltos do Futa Jalon até as suas desembocaduras no Oceano Atlântico. Esta região compreenderia de facto a totalidade dos estados atuais de Senegal, Gambia e Guiné-Bissau e parte da Mauritânia, do Mali e da Guiné-Conakri. Esta região corresponde aquela *finisterra* do Oeste Africano abertamente virada para o oceano, no cruzamento dos caminhos entre o Sara, a Savana e a Floresta. BARRY (1990. Pag.4).

Entre os impérios que exerceram um certo domínio sobre o mesmo território, fazia parte o império de Mali que durou entre os séculos XIII à XVI. Mali exerceu a sua influência sobre um vasto território africano incluindo o atual território Guineense e foi um império com organização política económica e social eficiente tal como aponta (LY-TALL 2010). “*Os europeus que visitaram o Mali ocidental trouxeram a imagem de um Estado com sólidas estruturas políticas, económicas e sociais*”.

Ainda o mesmo autor afirma que a decadência deste império no século XVI deu origem a ascendência do reino de Gabu ou Kaabu que era uma província que pertencia o império do Mali. Na sua palavra: “*[...] A partir do século XVI, o Gabu afirmou-se como reino independente e passou a dominar o conjunto de países da Senegâmbia. LY-TALL (2010. pag.18).*”

Já nesta época, a presença dos colonizadores europeus que tinha como objetivo principal a exploração procurava-se cada vez mais desestabilizar todas organizações políticas e sociais que existiam na África em especial no império de Kaabu. Portanto, os invasores europeus acionaram vários mecanismos com o intuito de desestabilizar politicamente a região. E essa política de intriga e de divisão dos povos africanos levada a cabo para melhor reinar, não permitiu uma longa estabilidade do império Kaabunquê porque havia alguns africanos aliados a ideologia colonial da Europa e lutavam contra a autoridade do imperador de Kaabu.

Sobre essa história, citamos LOPES (2005) quem afirmou o seguinte:

Finalmente, a partir dos fins do século XVIII, princípios do século XIX, esboça-se um declínio muito rápido, com os poderes tributários a ganharem uma autonomia crescente, sobretudo os situados junto à costa. É também o período dos levantamentos fula, cujas alianças com os colonizadores europeus contribuirão sobremaneira para um recrudescer das lutas intestinas, que vão minar completamente a autoridade do Kaabu Mansa-Ba, representante de um poder que já tinha sido importante e que passará de marginal a inexistente por volta de 1867, altura em que o assalto final a Kansala permite pôr fim à epopeia kaabunquê. LOPES (2005.pag.15)

Deste trecho, entendemos que a desestabilização do poder político dos autóctones Africanos foi fundamentalmente motivada pela invasão eurocêntrica com apoio de alguns grupos dos africanos, que também, já ambicionados do poder há muito tempo, contribuíram significativamente para o sucesso e a consolidação do poder português /poder colonial na região.

### **6.3. Invasão europeia (portuguesa) e colonização**

A chegada dos europeus na África principalmente na costa ocidental data-se de 1446, período em que o navegador português Nuno Tristão desembarcou na costa do atual território da Guiné-Bissau, em busca de escravos. Ele foi morto alguns meses depois por nativos. A partir de 1450, os portugueses passaram a comercializar na região, com ouro, marfim, especiarias e escravos. As principais atividades comerciais eram centralizadas em Cacheu, situada na margem do Rio Cacheu. Em 1687, Portugal estabeleceu um posto comercial na região, subordinado à administração de Cabo Verde. Até nessa data, os portugueses enfrentavam muitas dificuldades no sentido de implementar ou executar os principais projetos coloniais devido grande resistência dos povos nativos sobretudo, os dos impérios acima mencionados.

A queda drástica do império do Kaabu no século XVIII deu lugar a consolidação efetiva das forças política e económica europeia e pelo estabelecimento de uma nova ordem social e cultural no

território. Até o século XIX, muitos nativos desta região foram enviados, como escravos, para o antigo estado do Grão-Pará (atuais estados do Maranhão e Pará). Entretanto, ao longo do tempo da ocupação ou dominação política e territorial dos exploradores a África geralmente e especificamente a costa ocidental continua ainda sendo um lugar de disputa mediada pela relação do poder entre as potências imperialistas.

O principal alicerce destas rivalidades que minava o seio dos invasores, era interesse que cada uma das potências tinha de se apropriar de um determinado território da África para explorar e exercer atividade econômica. Isto obrigou as potências europeias a entrarem em conflito. Os conflitos entre os exploradores culminaram com realização de conferência de Berlim em 1815-1898 que albergou vários representantes das potências imperialista com colônias em África (Portugal, Espanha, França, Bélgica, etc.) e outros estados sem colônias em África (Estados Unidos, Império Turco-Otomano e Império Alemão).

As resoluções de Berlim motivaram a instauração brutal das fronteiras físicas no continente separando assim os povos sem levar em considerações as afetividades culturais já existentes entre esses povos há milhares de anos. Assim, como outras parcelas dos territórios resultantes da divisão do continente africano na reunião de Berlim, ficou sob dependência e exploração de Portugal, o território que os invasores chamaram de “Guiné-Portuguesa”.

Apesar de resistência de diferentes grupos étnicos locais contra a autoridade opressiva colonial com intuito de expulsar senão diminuir a influência europeia na região, as mesmas fronteiras mantiveram-se durante todo o período colonial devido a supremacia armada, política e consequentemente cultural exercida pelos imperialistas na época.

O conjunto de essas violências de todas as ordens sobre os nativos foram os fatores importantes para a solidariedade interétnica que depois facilitou a criação da consciência nacional e de diferentes movimentos que depois se congregaram ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) com objetivo de se libertar da colonização e de afirmação do Estado e da identidade nacional.

“Apesar de todas as resistências organizadas por grupos étnicos, a violência dos portugueses foi ganhando maiores proporções. Os colonialistas portugueses aliaram a ocupação não só à repressão como também o racismo, a perseguição das crenças, a tortura, massacres, mortes, recursos utilizados como forma de intimidar os nativos no que refere os levantes e a resistência contra a imposição colonial. Essas revoltas dos povos nativos não só exprimiram de um lado o

ódio do povo em relação à dominação portuguesa no tocante a recusa total de pagamentos excessivos de impostos e da soberania portuguesa, como também por outro forjou a conscientização da unidade para luta de libertação nacional”. MONTEIRO (2011.pag.8).

Já com a criação de espírito de solidariedade como uma das condições necessárias para o início da disputa armada, a opção de se desistir do avanço para o combate armado era muito fraco, e intensificou-se cada vez mais a mobilização para aderência da fileira do PAIGC. E finalmente os combatentes deram início de um processo de luta de libertação nacional com muitas dificuldades técnicas, contudo a força do patriotismo falou mais alto até a vitória final.

#### **6.4. Luta pela independência da Guiné-Bissau**

A luta pela libertação do jugo colonial na antiga Guiné-Portuguesa conduzida pelo Eng. Amílcar Lopes Cabral através do (PAIGC), iniciou oficialmente em 23 de Janeiro de 1963 com o objetivo de libertar Guiné e Cabo-Verde. O massacre de Pindjikiti de 3 de Agosto de 1959 em que os marinheiros e estivadores (um grupo dos nativos que trabalhavam no porto de Pindjikiti em Bissau) desencadeavam um greve para reivindicar o aumento de salários e foram brutalmente espancados pela força policial portuguesa, nesse acontecimento bárbaro foram registados 50 mortos e dezenas de feridos.

Logo depois de assassinatos dos estivadores portuários e de marinheiros em greve, os Guineenses acompanharam de perto os reflexos da repressão do regime colonial. Diante desse facto e com objetivo de neutralizar a repressão colonial, a elite intelectual reformulou as estratégias junto às massas populares. Desse modo, surgiu a necessidade de uma organização mais consistente para enfrentar a administração colonial: a luta pela via armada.

O planeamento para a mudança de estratégia de luta pacífica para a luta armada na Guiné-Bissau foi feita por meio de clandestinidade e isso fica bem patente nas palavras de Amílcar Cabral (1974), a quando ele defini a luta armada com instrumento para libertação do povo da Guineense da opressão colonial, tendo isso em perspectiva Cabral afirma:

Nessa altura, o nosso Partido decidiu realizar uma conferência clandestina em Bissau e foi então que mudamos de orientação. Quer dizer, começamos a mobilizar os campos e decidimos preparar-nos ativamente para a luta armada contra as forças colonialistas portuguesas. Decidimos que as massas populares não deviam fazer nenhuma manifestação que pudesse dar lugar a represálias criminosas da parte dos colonialistas portugueses (apud CANDÉ MONTEIRO, 2013.Pag.146).

A luta pela libertação da Guiné-Bissau foi considerada a mais violenta e sangrenta em todas as colônias portuguesas em África, e durou onze anos. No período do conflito armado foram registradas a perda de milhares de vidas humanas e muitos feridos sendo o maior número das vítimas os nativos. Porque eles estavam a frente de um adversário (Portugal) com equipamentos militar altamente eficiente.

De acordo com o líder da revolução Guineense (1974, pág. 61), a Guiné-Bissau através do Partido Africano para a Independência da Guine e Cabo-Verde (PAIGC) foi obrigado a recorrer pela luta armada como último recurso de reivindicação pela independência depois de várias negociações pacíficas sem sucessos promovidas pelos movimentos da libertação com a finalidade de convencer os opressores portugueses. Isto, está explícita no discurso de Amílcar Lopes Cabral quando este reafirma o seguinte:

[...] fazemos a guerra não porque sejamos guerreiros ou porque gostamos da guerra. Não fazemos a guerra para conquistar Portugal. Fizemo-la porque somos obrigados a isso para conquistar os nossos direitos humanos, os nossos direitos de nação, de povo africano que quer a sua independência mas o objetivo da nossa guerra é um objetivo político, isto é, a libertação total do nosso povo da Guiné e de Cabo Verde, a conquista da nossa independência nacional e da nossa soberania tanto interna como no plano internacional. (apud MONTEIRO, 2011, pag.14).

Sete meses antes da independência foi assassinado o líder da revolução, teórico e fundador do PAIGC Engo. Amílcar Lopes Cabral em 20 de Janeiro de 1973 em vizinha República de Guiné-Conacri em circunstâncias que ainda carecem de esclarecimentos.

O fim da guerra foi assinalado com a proclamação unilateral da independência em 24 de Setembro de 1973 na qual se reuniu a primeira Assembleia Nacional Popular (ANP) sob presidência de João Bernardo Vieira (Nino) nas matas de Boe e pelo reconhecimento oficial da mesma em 10 de Setembro de 1974 pela autoridade portuguesa. Foi nesta época que antiga província ultramarina de Portugal deixou oficialmente de ser **Guiné-portuguesa** e passou a ser **República da Guiné-Bissau** que é também atual Guiné-Bissau.

Sendo a primeira colônia portuguesa independente em África, a República da Guiné-Bissau herdou de uma forma rigorosa, não só a fronteira territorial estabelecida pelos colonizadores desde conferência de Berlim, mas também, o modelo político e de administração estatal deixado pelos invasores europeus depois da luta armada. Importa salientar que até este momento o Partido Africano para Independência da Guine e Cabo-Verde (PAIGC) era formado pelos militantes e dirigentes de

Cabo-Verdianos e Guineenses, seguindo assim, a ideologia de Amílcar Cabral que é de unir todos os dois povos num só povo, e conseqüentemente unir os dois países num só país e numa única nação.

### **6.5. Pós-independência da Guiné-Bissau: regime do partido único**

O momento depois da independência da Guiné-Bissau foi crítico no ponto de vista político, com muitas dificuldades económicas e financeiras, problemas de variadíssimas ordens, entre eles, golpe de estado e assassinatos de alguns dos antigos combatentes contra o regime português. O país era governado na época por militares e alguns civis no qual a administração era centralizada.

No que tange a administração do país logo depois da independência, foi o partido libertador (PAIGC) que assumiu a governação da Guiné-Bissau através de um regime do partido único senão partido estado até a abertura política multipartidária em 1994. O primeiro governo da Guiné-Bissau foi de inspiração do modelo socialista e o mesmo dirigiu o país durante sete anos (de 1973 à 1980), e foi liderado por Luís de Almeida Cabral meio irmão de Amílcar Lopes Cabral.

O governo de Luís Cabral, primeiro presidente da Republica da Guiné-Bissau foi derrubado através de um golpe de estado no dia 14 de Novembro de 1980 dirigido pelo movimento reajustador sob liderança do guineense, lendário e um dos comandantes do PAIGC na luta contra opressão portuguesa João Bernardo Vieira (Nino), vulgarmente conhecido pelos seus ex-camaradas de luta por Kabi Na Fantchamna.

Sobre os fatores motivantes deste primeiro levantamento militar, Djierno Djaló (2012. Pag.271) aponta que a revolta deve-se ao domínio político dos cabo-verdianos nos aparelhos do estado guineense. Ou seja de acordo com esse autor, depois da independência foram os cabo-verdianos (maioritariamente assimilados da cultura europeia) que assumiram altos cargos do governo guineense. Porque desde o tempo da administração portuguesa os Cabo-Verdianos já desempenhavam o papel da mediação entre europeus e os colonizados, por isso, que eles estavam preparados para lidar com o sistema de administração herdado depois da independência. Nesta ótica de ideia, a maioria dos combatentes guineenses sentiram-se discriminados nas estruturas do poder estatal em detrimento da hegemonia cabo-verdiana. E recorreram a golpe de estado para reverter a situação, de seguida a palavra do autor:

A infiltração no aparelho político administrativo na Guiné-Bissau pelos funcionários cabo-verdianos, e alguns mestiços cabo-verdianos, perpetuou-se por longos períodos como auxiliares

burocráticos da administração colonial [...]. Durante a guerra de libertação, e mesmo antes do início da luta, a elite cabo-verdiana ocupava os postos-chaves na direção política, diplomática e militar. Esta tendência foi consideravelmente reforçada, após a independência. Até 1976, os membros do PAIGC, da mais alta instância do partido, como por exemplo, a comissão Permanente do Comité Executivo da Luta, eram ocupados pelos dirigentes cabo-verdianos [Aristides Pereira, Pedro Pires e Abílio Duarte, Luís Cabral, antigo presidente, e Constantino Teixeira]. Apenas dois guineenses, João Bernardo Vieira, autor do golpe de 1980, e Umaro Djaló, chefe de segurança, no governo de Luís Cabral, pertenciam a Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta, em Bissau”. (DJALÓ, 2012, p.271).

Ainda na mesma linha do pensamento, Rui Jorge Semedo (2011, p.108) enfatiza que o fator motivante do levantamento militar de 1980 é o desequilíbrio do poder político entre os cabo-verdianos e os guineenses dentro do PAIGC. Autor partiu do exemplo do ex-combatente da luta armada pela independência Maria Augusta Furtado, quando ela afirma:

Não houve a verdadeira unidade porque havia a presença dos cabo-verdianos nos altos cargos administrativos, civis e militares, no governo da Guiné. Deveria existir guineenses em Cabo Verde a ocupar funções na estrutura do governo e do estado, o que não ocorreu” (FURTADO Apud SEMEDO, 2011).

Logo depois de golpe de 1980, as relações entre a Guiné e Cabo-Verde tornou-se débil. Isto porque a ala guineense do PAIGC se instituiu a nova ordem do estado no país através do conselho de revolução liderado por General João Bernardo Vieira (Nino) líder do movimento reajustador. E a partir daí o projeto de unificação de duas nações (Guiné-Bissau e Cabo-verde) numa só nação idealizado por Amílcar Cabral começou a ser posta em causa. As relações políticas e históricas entre dois países foram restabelecidas em 1984, mas, já como dois estados independentes em nível político e administrativo.

A Guiné-Bissau na era do movimento reajustador dirigido por conselho de revolução foi marcada pelas intrigas internas, acusações e rivalidades entre os dirigentes do PAIGC que depois deram lugares à vários prisões e assassinatos de alguns guineenses que na aquela altura foram apontados como suspeitos para desencadear a qualquer momento um golpe de estado contra o regime de João Bernardo Vieira. Exemplo de caso de 17 de Outubro de 1985, no qual foram acusados, condenados e posteriormente assassinados as seguintes personalidades: Paulo Correia, Viriato Pã, Pedro Gomes, Bramia Bangura, Binhamquerem na Tchanda, Nbana Sambú, ambos dirigentes do PAIGC no quadro de suspeitos a desencadear um golpe de estado contra o regime no poder.

No que toca com as causas que deram lugar a esses assassinatos, o investigador Guineenses, Rui Jorge Semedo, aponta, através de um depoimento de Hélder Magno Proença, um dos dirigentes do PAIGC, de que o problema não está relacionado com as discriminações étnicas, mas sim com as

desconfianças, crise de liderança e rivalidades dentro do partido libertador. E que as mesmas crises internas já vem desde o período da luta de libertação nacional.

[...] herdemos as crises existentes [...] dentro do PAIGC entre facções em luta, e que foram reportadas na pós-independência. Isso porque há uma desconfiança entre a geração que dirigiu a luta de libertação nacional, guerrilheiros, e a que dirigiu o país após a independência, chamados quadros guineenses do PAIGC. Portanto, houve as rivalidades que começaram desde a luta de libertação nacional e cristalizaram depois da independência. E, muitas coisas, penso eu, por além de outras justificações têm um cunho de ajustes de contas. É mais isso, do que lutas étnicas. Eu penso que não era, digamos, uma estratégia elaborada no sentido de perseguição étnica dentro do partido, mas talvez sim, algum método que se herdou da luta de libertação nacional de certas pessoas. As intrigas políticas que chegaram a pontos extremos que levaram os dirigentes do partido a tomar medidas penosas dentro do PAIGC. Isso tem a ver mais com intrigas políticas palacianas, revalidadas entre atores e lideranças nacionais de opiniões distintas dentro do partido. Não era uma perseguição étnica clara. Isto é a minha visão (Apud SEMEDO 2011, p. 110).

Analisando esse depoimento acima mencionado, é possível entender que o partido libertador conseguiu gloriosamente trazer a independência para a Guiné-Bissau, mas, todavia, não se conseguiu alterar as situações correlativas as disputas internas até nesse período.

Apesar de todas essas querelas internas que o estado Guiné-Bissau enfrentava no momento, o conselho da revolução continua sendo a força dirigente da sociedade guineense durante treze anos, a começar do 1980 à 1994, data, em que a Guiné-Bissau conheceu na sua história o primeiro regime democrático e obviamente as primeiras eleições multipartidária.

## **6.6. Guiné-Bissau depois do partido único: A era democrática**

O processo de instituição da democracia na República da Guiné-Bissau que se iniciou em 1989 até a sua efetivação com a realização de primeiras eleições legislativas e presidências em 1994 obrigou a remoção do artigo número quatro (4) da constituição de 1973 que dantes definia o PAIGC como a única força política dirigente de toda sociedade guineense.

O mesmo processo foi entendido por (MENDY,1996, p.13), como uma política imposta pelas agências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente, Banco Mundial (BM) e Fundo Monetária Internacional (FMI). Porque a Guiné-Bissau a par de outros estados africanos recentemente independentes na aquela época, deparava com varias dificuldades económicas e financeiras, e recorreu a empréstimos junto das agências acima citadas para executar a sua política pública e isso pressupõe aceitar a democracia como condição imposta pelo FMI e BM a qualquer estado antes do desbloqueamento do fundo. O autor afirma:

A Guiné-Bissau não ficou de fora no processo de liberalização política em África, nos finais de ano 1980 e o princípio dos anos 1990. A política de liberalização teve início em Março de 1983, com a adoção de um programa de estabilização económica, imposta pelo FMI e BM, durante três anos. Tal política foi acompanhada pelo Programa de Ajustamento Estrutural através de um conjunto de medidas que visam ajustamento de contas públicas pelos organismos internacionais da ONU. Após a liberalização económica, seguiu-se a liberalização do sistema político, com surgimento de novas forças políticas, no quadro do processo de transição política do regime monopartidarismo para o multipartidarismo no país (MENDY,1996, p.13).

Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) liderado por João Bernardo Vieira (Nino), foi o vencedor das primeiras eleições que inaugurou a democracia na Guiné-Bissau e o segundo mais votado foi o Partido da Renovação Social (PRS) liderado por Koumba Yala. Em consequência desta vitória, João Bernardo Vieira (Nino), dirigente do PAIGC, foi reconduzido a presidência da república no dia 29 de Setembro de 1994 já como primeiro presidente democraticamente eleito e iniciou oficialmente o primeiro mandato democrático na história política do país.

### **6.7. Guerra civil de 7 de Junho de 1998 à 1999**

Não obstante, esse primeiro governo democrático não chegou fim devido o levantamento militar (golpe de estado) de 1998 liderado por Brigadeiro Anssumane Mané General das forças armadas na altura e igualmente ex-comandante na luta contra colonialismo português. O golpe de estado (a sangrenta guerra civil) durou quase um ano e ceifou centenas de vidas dos guineenses, obrigou a fuga das populações de cidade para o campo, aumentou a criminalidade e assaltos a propriedades públicas e privadas. E finalmente o conflito, derrubou João Bernardo Vieira (Nino) do poder. E consequentemente o país entrou de novo em crise política.

A guerra de 7 de Junho de 1998 terminou em 7 de maio de 1999 através da mediação de Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e de Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Contudo, TEIXEIRA (2010) afirma que essa disputa dividiu a classe castrense da Guiné-Bissau em vários grupos com o apoio de países da sub-região e da Europa, tendo, por um lado, Senegal, Gâmbia, Guiné Conakry e França em apoio à manutenção do presidente Vieira no poder; e, por outro lado, a presença do Movimento das Forças Democráticas de Cassamance e Portugal em apoio à Junta Militar.

Em decorrência, houve renúncia do cargo de presidente pelo então presidente Vieira, e Malam Bacai Sanha foi indicado como presidente interino da Guiné-Bissau de 14 de maio de 1999 a 17 de Fevereiro de 2000. E por outro lado, foi formado um governo liderado por Francisco José Fadul,

presidente do Partido Unido Social Democrata (PUSD) -uma das primeiras forças políticas do país depois de abertura democrática, a quem dirigiu governo de transição de 03 de Dezembro de 1998 a 19 de Fevereiro de 2000. Ambos (Malam Bacai Sanha e Francisco José Fadul) escolhidos para dirigir o país sob ordem de junta militar liderado por Brigadeiro Anssumane Mané que saíram vitoriosos do conflito de 7 de Junho de 1998.

De seguida foram organizadas as eleições legislativas e presidências em 29 de Novembro de 1999 e Koumba Yala líder do PRS e igualmente candidato do mesmo partido venceu as presidências com 72 por centos de votos. E na segunda posição ficou Malam Bacai Sanha do PAIGC com 23 por centos de votos.

Em consequência destes resultados eleitorais, Koumba Yala foi eleito presidente da República da Guiné-Bissau, porem, ele não tinha boa relação com coletivo Junta Militar principalmente com o seu líder General Anssumane Mané. As rivalidades entre eles, culminou com o assassinato de líder de Junta Militar General Ansumane Mané num confronto com as tropas leais do presidente Koumba Yala no dia 31 de Novembro de ano 2000.

## **6.8. Golpe de estado de 2003: Deposição do presidente Koumba Yala**

Mesmo com a morte de Brigadeiro A. Mané que era apontado como um dos maiores adversários de Yala, o presidente Koumba Yala não terminou o seu mandato, pois ele foi alvo também de golpe de estado liderado por Veríssimo Correia Seabra (um dos elementos de Junta Militar) e que substituiu Anssumane Mané no cargo de general das forças armadas que lhe destituiu do poder. Tal como afirma AUGEL:

[...] instalou-se um governo provisório. Foram efetuadas novas eleições, em 28 de Novembro de 1999, com treze partidos políticos, alistados para a concorrência eleitoral. O PAIGC sofreu clamorosa derrota, e Koumba Yala do PRS (Partido da Renovação Social) conseguiu se eleger presidente, no segundo turno, mas seu governo fora destituído da presidência da república em 2003, quando um golpe de Estado pôs fim o seu mandato (AUGEL, 2007, p.71).

A justificação dos fardados com relação a esse golpe baseia-se no protesto de que Yala não tinha capacidade de fazer face aos novos desafios do país. De recordar que presidente Koumba Yala já tinha dissolvido Assembleia Nacional Popular (ANP) eleita no escrutínio de 1999 em Novembro de 2002, nomeou sucessivamente quatro diferentes governos e seus primeiros-ministros respectivamente: Caetano N'tchama, Faustino Fudutu Imbali, Alamara N'tchia Nhassé e Mário Piris num período de quatro anos. E convocou eleições legislativas antecipadas para 2003, porem, a realização das mesmas

eleições foi sucessivamente adiada: primeiro para Abril, depois para Julho, e daí para Outubro do mesmo ano. Desta forma, algumas entidades suspeitaram de que Ialá procurou, nesse período, manipular a lei para assegurar sua permanência no poder.

Com a consumação do golpe que derrubou Koumba Yala do poder, Henrique Pereira Rosa foi indicado pelos militares para assumir interinamente o cargo do presidente da república da Guiné-Bissau e Artur Sanha do PRS para assumir o cargo do primeiro-ministro. Os dois conduziram o país durante um ano e conseguiram organizar as duas eleições (presidenciais e legislativas) em 2005. E João Bernardo Vieira antigo presidente exilado em Portugal na sequência de guerra civil 1998 já citado anteriormente, foi reconduzido ao cargo do presidente da república guineense. E o PAIGC partido vencedor das legislativas indicou o presidente do mesmo partido (Carlos Gomes Júnior) para o cargo do primeiro-ministro.

Carlos Gomes Júnior não terminou esse mandato porque o seu governo foi demitido por um decreto presidencial assinado pelo presidente João Bernardo Vieira em 2006, um ano depois das eleições. E em consequência da queda do governo de Gomes Júnior, foi nomeado Aristides Gomes, Martinho Ndafe Cabi e Carlos Correia sucessivamente para o mesmo cargo.

#### **6.9. Assassinatos de presidente João Bernardo Vieira e de general Tagme Na Waié**

No dia 2 de Março de 2009 foi assassinado João Bernardo Vieira ainda em função como presidente da república na sua casa em Bissau, horas depois de atentado a bomba que vitimou também mortalmente o chefe de estado-maior general das forças armadas Tagme Na Wae no dia 1 do mesmo mês e ano. E o país entrou de novo numa onda cíclica de transição política que depois terminou com a realização das eleições em 28 de Julho de 2009.

O resultado do pleito eleitoral de 2008 conduziu Carlos Gomes Júnior antigo primeiro-ministro à Chefe do Governo e as eleições presidenciais de 2009 conduziu Malam Bacai Sanha antigo presidente de transição à presidência da república, ambos do mesmo partido (PAIGC). Não obstante, presidente Malam Bacai Sanha faleceu num dos centros hospitalares do capital da França em 9 de Janeiro de 2012 vítima de doença prolongada.

O texto constitucional da Guiné-Bissau obriga o presidente de Assembleia Nacional Popular (ANP) a substituir o presidente da república em caso da sua ausência ou em caso de impedimento de

exercício das suas funções, tal com fica explícito no primeiro e segundo ponto do artigo septuagésimo primeiro da constituição da república:

ARTIGO-71º: 1 - Em caso de ausência para o estrangeiro ou impedimento temporário, o Presidente da República será substituído interinamente pelo Presidente da Assembleia Nacional Popular. 2- Em caso de morte ou impedimento definitivo do Presidente da República, assumirá as funções o Presidente da Assembleia Nacional Popular ou, no impedimento deste, o seu substituto até à tomada de posse do novo Presidente eleito”.

Em consequência desta lei, o país conheceu um novo período de transição sob presidência de Raimundo Pereira, que abandonou o seu cargo de presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) que ele desempenhava antes da morte do presidente Bacai Sanha, e assumiu a presidência da república. Raimundo Pereira conduziu a Guiné-Bissau junto do governo do PAIGC liderado por Carlos Gomes Júnior até a data das eleições de Abril de 2012.

#### **6.10. Golpe de estado de 12 de Abril de 2012**

Porem, antes do fim do processo eleitoral, na véspera do segundo turno das presidenciais na qual iria disputar os dois candidatos mais votados na primeira volta (candidato do PAIGC- Carlos Gomes Júnior e o do PRS- Koumba Yala), aconteceu mais uma vez um levantamento militar do dia 12 de Abril de 2012 que culminou com golpe de estado e, o presidente Raimundo Pereira e o chefe do governo Carlos Gomes Júnior e demais entidades ligados ao regime, foram detidos em Bissau por um grupo de militares autodenominado Comando Militar liderado por ordem do general António Injai.

De acordo com o historiador guineenses Julião de Sousa (2012), Comando Militar justificava essa ação, alegando que existia um acordo secreto assinado entre o governo guineense, liderado por Carlos Gomes Júnior (Cadogo), e o governo angolano que, segundo o general, visava neutralizar possível reação dos militares guineenses caso Cadogo permanecesse no poder, ou seja, se ele fosse eleito presidente da República. Mas o governo angolano através do seu embaixador na Guiné-Bissau desmentiu essa acusação, considerando a presença de tropas angolanas (Missang) em Guiné-Bissau de uma ajuda de boa coração que Angola oferece a Guiné-Bissau.

O investigador Julião de Sousa (2012) analisou o mesmo caso e concluiu que o grande motivo para o golpe de estado não estava correlacionado com a presença ou não da missão angolana (Missang) no país, mas, sim, a razão principal do golpe era a de impedir que Carlos Gomes Júnior seja eleito presidente da república. Nas suas palavras ele afirma o seguinte:

Nas lutas pelo poder entre a elite política e os partidos [políticos], os militares foram arrastados. Mas talvez a mais forte está relacionada com a dúvida que a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da 2ª volta das eleições veio atizar. Estamos absolutamente convencidos de que, se Carlos Gomes Júnior não tivesse passado para 2ª volta das eleições, não haveria golpe. Portanto, foi um golpe de estado contra a candidatura do chefe de governo à presidência da República (SOUSA, 2012, p.103).

Perante esse novo cenário de sobressalto houve uma excitação política que não permitiu a realização das eleições no mesmo ano (2012). E a Guiné-Bissau entrou surpreendentemente num novo período de transição assegurada por Emanuel Serifo Nhamadjo, presidente de transição e Rui Duarte de Barros, primeiro-ministro até a realização das eleições gerais em 2014.

SANTOS CABI (2017) descreveu dois fatores (internas e externas) que influenciaram o golpe de estado de 12 de Abril de 2012 na Guiné-Bissau. Na esfera interna, o autor aponta uma real intervenção dos militares na vida política:

De uma maneira geral, o golpe de Estado de 12 de Abril de 2012 na Guiné-Bissau teve várias faces (internas e externas). No quadro interno, há que considerar a presença dos militares na vida política nacional. A relação dos civis com sucessivos golpes de Estado tem sido apontada como problema para a consolidação do Estado [...]. (CABI, 2017. Pag.49).

E no âmbito externo, um entrevistado (18, 19 de Novembro de 2016) cita as relações de disputas e de interesses entre os estados internacionais sobre a Guiné-Bissau:

O golpe de estado de 12 de Abril é resultado da disputa geopolítica entre grupos estratégicos, principalmente entre a República Federativa da Nigéria, no Golfo da Guiné, principal economia da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com maior poder militar, por um lado, e a República de Angola, na Costa Atlântica Sul da África Ocidental, segunda maior economia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), seguida a do Brasil, por outro lado, cada um procurando influenciar a política nacional do Estado guineense e defender seus interesses políticos e largar suas influências militar e económica na Guiné-Bissau, e, conseqüentemente, aumentar suas influências em toda África Ocidental. (apud CABI, 2017. Pag.47).

De referir que até nessa data (2012), a opinião pública Guineense caracteriza os militares como os principais obstáculos da tranquilidade política e da subversão da ordem constitucional no país. Enquanto isso, (SOUSA, 2014) entende que as constantes acusações entre os militares e políticos na Guiné-Bissau sobre quem é principal responsável do imbróglio político, como uma mera falsidade. Para esse autor, a responsabilidade sobre os sobressaltos no país não é só de caráter militar, mas, sim, uma responsabilidade coletiva entre dois classes (militar e política) dado que está estabelecida uma união entre os militares e os políticos com objetivos ilícitos.

Os militares e os políticos gostam de se acusar mutuamente como sendo responsáveis pela situação desastrosa em que se encontra o país, esta parece nos, porém, uma falsa questão. Para

um observador mais atento facilmente se constata que os problemas do país subsistem porque entre militares e políticos existe uma enorme conivência e uns e outros usam-se conforme as necessidades e interesses. Não há mais ou menos influência e responsabilidade de um ou outro, existe um aproveitamento da situação para benefícios próprios, muitos deles ilegítimos e obscuros. A união entre políticos e militares vive da necessidade, da corrupção e da vontade de ascensão ao poder. (SOUSA, 2014. Pag.108).

Segundo esse mesmo autor, uma boa parte de políticos exigem intransigentemente o respeito pelo primado da lei baseado no princípio do estado de direito e respeito pelas hierarquias militares, mas contrariamente, quando eles encontram afastados do exercício do poder político, recorrem a manipulação dos elementos da classe castrense tangentes aos seus grupos étnicos para alcançar os seus intentos que geralmente se relaciona com o regresso ao poder ou a obtenção de maiores lucros. É nesta teia de jogos estratégicos acompanhados de intrigas e relacionamentos duvidosos entre políticos e militares que se assenta a instabilidade do país. (SOUSA, 2014. Pag.108-109).

Preocupado com essa situação Sousa (2014) propõe a necessidade da reforma no sector da defesa e segurança Guineense como a saída para o impasse, contudo ele lançou um alerta sobre algumas precauções que devem ser elevadas em conta em caso de eventuais execuções de remodelação no seio dos militares, pois para ele existem certas individualidades relevantes que estão contra a reforma pelo facto de gozarem de certos privilégios que o sistema lhes fornece.

A reforma deste sector é um processo essencialmente político e que envolve necessariamente a alteração de equilíbrios de poder entre os diferentes atores, a reestruturação institucional e a mudança cultural, por essa mesma razão uma nova abordagem da reforma do sector de segurança é necessária no país. Querer avançar neste processo sem estar consciente das implicações e consequências de tocar nos privilégios de alguns militares e políticos, é não querer ver a realidade. Um processo de reforma do sector de segurança em que alguns dos intervenientes mais relevantes estão contra essa reforma apenas pode levar ao fracasso da intervenção, e conhecendo-se a actual situação, apenas uma intervenção mais musculada e capaz de fazer impor a vontade das autoridades (saídas de eleições) poderá alterar o rumo do país. (SOUSA, 2014. Pag. 109).

Durante quarenta e cinco (45) anos depois da independência da Guiné-Bissau o país conheceu vários sobressaltos políticos, tanto antes do multipartidarismo assim como durante a democracia. As situações de golpes de estados e de interrupções das legislaturas durante todo esse período conduziram o país a uma rota de substituição e de trocas constantes de vários Chefes de estados (presidentes) e dos chefes dos governos (primeiros-ministros). É óbvio que as crises políticas cíclicas e deturpador da ordem constitucional na Guiné-Bissau reflete negativamente sobre a sociedade e economia, gerando mal-estar social entre os cidadãos.

Desde a formação de elite Guineense depois de independência, a Guiné-Bissau viveu varias situações de instabilidades políticas, o que (CARVALHO, 2014, p.74) chama de instabilidade cronica. Para esse autor, a saída do regime do partido único para a democracia foi uma esperança de mudança no cenário político do país, mas, infelizmente a democracia não gerou resultados que se esperava.

As deposições de vários governos que minou a esfera política e histórica da Guiné-Bissau foram motivadas principalmente pelo levantamento militar, contudo sem ignorar uma certa influencia dos atores políticos nacionais e as disputas dos países internacionais no mesmo cenário. Não obstante, os militares durante todo o tempo da instabilidade foram considerados principais fatores de instabilidade política na Guiné-Bissau exceto a crise política da nona legislatura.

Por outro lado, a divisão dos três principais poderes políticos no texto constitucional que são: Poder legislativo, poder judiciário e poder executivo é, apontado também, como um dos fatores de instabilidades. E sobretudo o poder que o presidente da republica tem com relação a demissão de governos a qualquer momento que ele quiser.

Contudo a ultima instabilidade (crise política institucional da nona legislatura) que ainda a Guiné conhece e que também é o nosso foco da pesquisa foi registrada sem habitual movimentação ou manifestação por parte de classe castrense nos assuntos políticos.

Segundo uma nota divulgada por Supremo Tribunal da Justiça (STJ) de Republica da Guiné-Bissau, 03 de Janeiro de 2019, a Guiné-Bissau conta com 49 partidos políticos legalmente constituídos. No conjunto destes 49 partidos políticos, os principais que em todas as eleições já realizadas elegem deputados para Assembleia Nacional Popular (ANP) são: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) conhecido como tradicional vencedor das eleições na Guiné-Bissau e o Partido da Renovação Social (PRS) também tradicional segundo mais votado e igualmente o maior partido da oposição no país. A quantidade dos partidos políticos na Guiné-Bissau tem preocupado alguns investigadores políticos que consideram essa grande quantidade de formações política sobre um território e população bem pequena um dos poucos fatores capaz de influenciar as ondas de instabilidade política.

## 07. CRISE POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA NONA LEGISLATURA

A nona legislatura é um resultado proveniente de um processo eleitoral que culminou não só com a eleição dos 102 deputados à Assembleia Nacional Popular (ANP), mas também com a eleição de José Mário Vaz para o cargo do presidente da República. Antes de chefiar o primeiro governo da nona legislatura, Domingos Simões Pereira já foi eleito na véspera das eleições como presidente do seu próprio partido (PAIGC) no VIII congresso da mesma organização política. Por isso, pretendemos começar esse tópico resgatando em síntese alguns acontecimentos de caráter políticos que ocorreram antes das eleições gerais de 2014, nomeadamente, os acontecimentos concernentes as disputas internas para a liderança do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), o resultado do VIII congresso do mesmo partido vencedor das eleições gerais (presidenciais e legislativas), assim como os números dos acentos parlamentares dos partidos políticos obtidos depois das eleições.

### **07.1. Oitavo (VIII) congresso do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC): Congresso de Cacheu - divisão interna do PAIGC**

O oitavo congresso do partido dos libertadores, também, conhecido como Congresso de Cacheu, decorreu em Cacheu, região de Cacheu, província norte da Guiné-Bissau de 2 à 10 de Fevereiro de 2014 e juntou cerca de 1.200 delegados vindos de diferentes regiões do país. Os congressistas discutiram os estatutos do partido e escolheram uma nova liderança, que substituiu Carlos Gomes Júnior, primeiro-ministro deposto no golpe de Estado de Abril de 2012. Nesse encontro, concorreu três candidatos a liderança do PAIGC, nomeadamente Domingos Simões Pereira, Braima Camará e Aristides Ocante da Silva.

Depois da votação, Domingos Simões Pereira foi o primeiro candidato mais votado com 707 voto favorável dos delegados, o que corresponde a 60,58%. O segundo mais votado Braima Camará, conseguiu 436 votos que representam 37,34%. E o terceiro foi Aristides Ocante da Silva, obteve 15 votos, que correspondem a 1,29%. Na base destes resultados Domingos Simões Pereira foi eleito presidente do partido. Ainda, do congresso saíram também eleitos três seguintes vice-presidentes, para coadjuvar o recém-eleito líder da maior formação política do país para um período de quatro anos: 1º vice-presidente Carlos Correia, 2ª vice-presidente Hadja Satu Camará Pinto e 3º vice-presidente Baciro

Djá, ambos, apoiantes de Domingos Simões Pereira para o cargo de presidente do partido no mesmo congresso.

Nessa nova estrutura superior do partido depois do congresso não constou o nome de Braima Camara o (segundo candidato mais votado) e nem de um dos seus apoiantes. No entanto, esse facto espelha a falta de confiança política entre o vencedor do congresso e o candidato derrotado e que no mesmo período já havia dificuldades de relacionamento entre os dois (presidente do PAIGC Domingos Simões Pereira e Braima Camara candidato derrotado no congresso do mesmo partido em Cacheu).

Não obstante, é possível entender que apesar do reconhecimento oficial da nova direção do partido, ex-adversários políticos na disputa interna para a liderança do PAIGC saíram desapontados um com o outro, o que depois transbordou numa profunda crise interna do partido e portanto dividindo os libertadores em dois principais blocos: Bloco de Domingos Simões Pereira e o bloco de Braima Camara.

Depois do congresso o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC) enfrentou o embate eleitoral de 13 de Abril de 2014 e saiu como vencedor das eleições gerais na qual elegeu 57 deputados. Partido da Renovação Social (PRS) ficou na segunda posição com 41 deputados. Sendo Partido da Convergência Democrática (PCD) na terceira com 2 deputados; E os dois partidos, Partido da Nova Democracia (PND) e União para a Mudança (UM) elegeram 1 deputado cada. Além de ganhar as legislativas, o partido PAIGC apoiou o candidato a presidência da república José Mário Vaz que também acabou de ser eleito presidente da república.

É óbvio que com esse resultado era possível prever que o PAIGC já garantiu não só a confiança política do presidente da república, mas também a maioria absoluta que lhe permitiria governar sem precisar de apoios parlamentar de um outro partido. Mas inesperadamente surgiu situações contrárias às previsões que anteriormente feitas- o país entrou numa nova crise.

Seguindo as sequências dos acontecimentos, pretendemos trazer aqui a segunda derrota de Braima Camara dentro do PAIGC. Depois da primeira derrota em Fevereiro de 2014 em Cacheu, Braima Camara intencionou-se a liderar a Assembleia Nacional Popular (ANP), no entanto, ele disputou dentro do Comité Central (órgão máximo) do PAIGC para o cargo do delegado do PAIGC para a concorrência à presidência de Assembleia Nacional Popular (ANP) e saiu consecutivamente derrotado no mesmo órgão do partido com 97 votos, a favor de Cipriano Cassama quem venceu a

disputa com 228 votos, num universo de 327 votantes. E em consequência desta indicação, Cipriano Cassama foi posteriormente eleito presidente da Assembleia Nacional (ANP) no dia 17 de Junho de 2014.

Fazendo uma análise crítica sobre todos esses acontecimentos internos dentro do partido libertador, chega-se a conclusão de que, de facto, o PAIGC dividiu-se em duas alas depois do congresso de Cacheu. Uma dessas alas é a ala vencedora do congresso de Cacheu liderado por Engo. Domingos Simões Pereira e a outra é a ala que saiu derrotada no mesmo congresso liderado por empresário Braima Camara que apesar de ter reconhecido oficialmente a derrota, continua reclamando informalmente as posições políticas dentro do PAIGC. Em outras palavras, o PAIGC iniciou a nona legislatura com uma ruptura interna, mas importa notar que até nesse momento a clivagem entre os militantes e dirigentes do maior partido Guineense ainda não foi exteriorizada e o governo funcionava normalmente sem qualquer interrupção.

## **07.2. Atuação do presidente da república José Mário Vaz- O transbordo de crise interna do PAIGC para crise nacional**

O presidente da república da Guiné-Bissau José Mário Vaz foi empossado como presidente da república no dia 23 de Junho de 2014 para um mandato de cinco anos. Depois de alguns meses da sua posse, o relacionamento entre José Mário Vaz e o primeiro-ministro Domingos Simões Pereira (presidente do partido que apoiou José Mário Vaz à presidência da república) foi muitas das vezes questionadas. Os rumores sobre dificuldades de relacionamento entre o presidente e o chefe do governo (presidente do PAIGC) ganham força cada vez mais.

E finalmente no dia 6 de Agosto de 2015, após reuniões com diplomatas e líderes dos partidos com assento parlamentar, Domingos Simões Pereira ainda primeiro-ministro, deixou a seguinte declaração a imprensa: *“Há uma intenção deliberada de provocar uma crise para justificar a decisão de destituição do Governo [...] Todos os mecanismos e dispositivos legais e democráticos serão mobilizados para preservar a ordem e evitar a interrupção desta caminhada do país rumo à paz e ao desenvolvimento [...]”*. A partir desse discurso tornou-se oficialmente público a crise de relacionamento entre as duas figuras públicas no país que recentemente acabou de sair das eleições. E já havia indícios de que momentaneamente a Guiné-Bissau poderia conhecer novamente mais um momento conturbado na história política do país.

A favor da continuidade do governo surgiu a reação não só por parte de Assembleia Nacional Popular (ANP) que já aprovou o programa de governação, o orçamento do estado e três moções de confiança ao governo, mas também por parte dos partidos extraparlamentares e da comunidade internacional.

Segundo DW, o enviado especial do presidente da Republica de Timor-Leste para a Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, o nobel da paz, José Ramos-Horta, criticou a possibilidade de queda do Governo numa declaração a agência Lusa quando ele afirma “Não há razão nenhuma para que o primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira, possa ser substituído [...] o papel do chefe de Estado é promover o diálogo e a estabilidade, não é interferir constantemente na governação [...]”.

Apesar de todas essas reações a favor da continuidade do governo, o decreto presidencial nº 5/2015 de dia 12 de Agosto de 2015 assinado por José Mário Vaz acabou por derrubar o governo de Simões Pereira. De acordo com o decreto citado, o presidente fundamenta a sua decisão pela existência de uma grave crise política que põe em causa o normal funcionamento das instituições da República, incompatibilidades do relacionamento entre ele e o primeiro-ministro, falta de confiança que permite normal subsistência de uma relação institucional e a tendência do governo de obstruir a realização da justiça no país.

No entanto, consideremos que é a partir do momento em foi decretado a destituição do governo do PAIGC liderado por Engo. Domingos Simões Pereira que a crise que era considerada uma crispação interna entre os militantes do PAIGC se transbordou numa crise nacional da Guiné-Bissau. Pois tal como referimos a traz, antes da exoneração do executivo do PAIGC, o parlamento Guineense composto maioritariamente pelos deputados do PAIGC (partido vencedor da eleição) e do PRS (maior partido da oposição) já tinha aprovado sem constrangimento o programa de governação, orçamento geral do estado e três moções de confiança para o mesmo governo.

Sendo assim, conclui-se que a destituição do primeiro governo da nona legislatura até nesse momento interessava só ao presidente da Republica e os seus aliados. Para entender essa posição singular do presidente José Mário Vaz recordemos uma das secessões extraordinárias da Assembleia Nacional Popular (ANP), na qual houve serias críticas geralmente unânimes por parte de todos os deputados, inclusive a crítica do presidente da ANP contra a ideia do presidente da república de exonerar o governo. Alem dessas críticas, o acórdão dos Juízes Conselheiros do Supremo Tribunal da

Justiça (STJ) que considerou de inconstitucional o governo de Baciro Djá nomeado por decreto presidencial nº 6/2015 de 20 de Agosto de 2015 assinado por presidente da república José Mário Vaz, espelha o tamanho da continuidade da decisão singular do presidente da república com o seu grupo tal como confirma jornal O 'Democrata-GB:

“O coletivo de juizes decidiu julgar procedente o incidente e consequentemente, declarar a inconstitucionalidade formal e material do decreto presidencial número 6/2015, de 20 de Agosto, com força obrigatória geral- artigo 126, números 3 e 4 da Constituição da República da Guiné-Bissau”, lê-se no acórdão assinado por oito dos 10 juizes-conselheiros em função no STJ, enquanto Tribunal Constitucional. (JORNAL O'DEMOCRATA-GB,20.08.2015).

O acórdão citado fundamenta-se no facto do Presidente da República não ter consultado os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular (ANP) antes de nomear Baciro Djá. Assegurando por outro lado, que essa auscultação não se trata de uma mera formalidade, mas sim de uma obrigação constitucional que o chefe de Estado deve cumprir. Os Juizes Conselheiros fundamentam ainda a ilegalidade da nomeação do novo primeiro-ministro, no facto de ter sido feito fora do quadro partidário.

Com essa derrota do presidente da república perante o órgão supremo da justiça no país, José Mário Vaz reconsiderou a sua posição demitindo Baciro Djá. Contudo, continuou a agitação entre as classes políticas Guineenses, que na nossa opinião vai influenciar depois, a quebra de alianças políticas que existiam entre os partidos políticos representados na assembleia, principalmente, o desentendimento entre dois maiores partidos políticos no país (PAIGC e PRS).

### **07.3. Divórcio político entre o PRS e o PAIGC- Ascensão do grupo dos 15 deputados do PAIGC**

A luta política da nona legislatura na Guiné-Bissau ganhou o ápice no período em que os dois maiores partidos políticos divergiram na Assembleia Nacional Popular. A divergência assenta-se na nova aliança política entre o Partido da Renovação Social (PRS) e um grupo de 15 militantes e dirigentes do Partido Africano para a Independência da Guine e Cabo- Verde (PAIGC) liderado por Braima Camara igualmente candidato derrotado consecutivamente no congresso de Cacheu e no comité central do PAIGC a quando ele pretendia concorrer para o cargo de presidente do parlamento. Com essa nova configuração parlamentar, o PAIGC perdeu praticamente controle político dos seus quinze deputados, contudo, em termos formais, eles continuaram a pertencer a mesma bancada parlamentar. Em consequência disso, o partido dos libertadores passou a não ter condições política para aprovar o

seu programa de governação o que fundamentou a queda do segundo governo do PAIGC liderado por Engo. Carlos Correia.

Levando em consideração a dimensão, histórica, sociopolítica e diplomática do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) e a do Partido da Renovação Social (PRS) conclui-se que a divergência entre essas duas formações políticas foi um veículo para a expansão da crise não só para as instituições do estado, mas também para todo o tecido social e nacional da Guiné-Bissau.

Prestando um olhar atento as situações políticas na Guiné-Bissau durante essa nona legislatura, é possível entender que o denominado grupo dos quinze deputados foi sustentado politicamente por um lado pela presidência da república, pois para além de fazer parte da equipa dos apoiantes do presidente para a sua eleição, o líder desse grupo (Braima Camará) é um dos conselheiros do presidente e tem vindo a ser considerado um dos homens mais próximos do presidente José Mário Vaz. Ainda, o mesmo grupo recebeu um cunho político do Partido da Renovação Social (PRS) na oposição. Entretanto, o PRS sustentou o grupo dos 15 deputados descendentes do PAIGC por uma questão de aproveitamento político e económico com consequências negativas para o país e não como uma solução para a crise que desestabilizou toda a esfera social da Guiné-Bissau.

#### **07.4. Crise político-institucional da nona legislatura na Guiné-Bissau: um diferencial na história política do país**

A República da Guiné-Bissau foi proclamada independente em 1973 por militares do PAIGC, no entanto, a primeira organização com a estrutura do estado na Guiné-Bissau foi fundamentalmente formada por militares. É de suma importância, sublinhar que essa primeira autoridade militar do país emergiu como resposta e consequências do comportamento violento dos colonizadores Portugueses sobre os povos nativos, o que torna evidente que depois da luta armada os rastros da cultura violenta do exército guineense foi inevitavelmente conservada. Depois da independência em 1973-4 e até 2012 (ano em que foi desencadeado último golpe militar), o país conheceu várias situações de sobressaltos tais como, golpes de estado, assassinatos políticos e constantes instabilidades que não permitiram a consolidação do estado de direito e democrático no país. Durante quarenta e cinco (45) anos de independência, nenhum governo terminou o seu mandato sem sobressaltos na Guiné-Bissau, salvo a nona (IX) legislatura o que espelha a existência de uma constante instabilidade no país.

A invasão europeia na África proporcionou nas décadas de 1970, 80 e 90, uma mudança radical nos comportamentos dos africanos ao longo da história do período colonial, tanto em termos culturais de modo geral, assim, como no âmbito da política de acumulação econômica, capitalista e da criação de classes dirigentes e dos dirigidos. Atualmente, (depois da independência) os estados “modernos” africanos adquiriram os modelos da exploração capitalista baseado na ideia do “progresso” deixados pelos colonizadores europeus.

[...] As tradições inventadas importadas da Europa, ao mesmo tempo que forneceram aos brancos modelos de “comando”, deram também a muitos africanos modelos de comportamentos “modernos”. As tradições inventadas das sociedades africanas- inventadas pelos europeus ou pelos próprios africanos, como reação- distorceram o passado, mas tornaram-se em si mesmas realidades através das quais se expressou uma incrível quantidade de conflitos coloniais. HOBBSAWN e RANGER, (1997, pág. 220).

De acordo com esses dois investigadores, com advento do domínio colonial formal, tornou-se imprescindível a transformação dos brancos em membros de uma classe dominante convincente, com direito de defender sua soberania não só pela força das armas e do capital, como também através do status consagrado pelo uso e outorgado pelas neotradições.

Sendo um país saído do mesmo regime colonial, a sociedade guineense principalmente, o estado da Guiné-Bissau absorveu inadequadamente as neotradições inventadas pelos europeus (Portugueses) e essa inadequação cultural entre o estado e a população guineense constituiu um dos elementos das instabilidades e crises políticas constantes que pairam no país. Ainda na continuidade de aderência às tradições ocidentais a Guiné-Bissau foi politicamente imposta a aderir a cultura democrática multipartidária que foi enxergado pela coerção internacional num contexto em que o país não se disponha de condições necessárias para entrar nesse modelo novo alicerçado em propriedade econômica individual e isto traz uma cultura de desumanização e permitindo a ruptura tradicional de valores entre os guineenses.

A luta armada da Guiné-Bissau que deu lugar à proclamação da independência foi marcada por experiências de violências arcaicas que durante a história do país repetiram constantemente no cenário político. Apesar do direito ser um instrumento que legitima e sustenta as *violências míticas*<sup>1</sup> de um

---

1 Segundo W. BENJAMIN, a violência mítica é a violência que institui as instituições judiciais através do direito para garantir e legitimar a manutenção do poder e da ordem do estado, nele é possível verificar o derramamento do sangue pois conta com o suporte e atuação do aparato do estado (a repressão militar e policial) criando assim a desigualdade social entre as classes (divisão entre o estado e a população). Ela (violência mítica)

estado (atuações dos aparatos do estado) através de discursos, o estado em linhas gerais, é constituído pela violência seja qual for a sua natureza. Portanto, as experiências revolucionárias violentas que sustentaram a luta armada para libertação nacional do colonialismo na Guiné-Bissau com o objetivo de construir um novo estado nacional, visam por e simplesmente destruir a primeira lei violenta do estado português (colonialismo português) e posteriormente instaurar a nova lei nacional que também terá como fundamento a violência, assim como enfatizou (Walter Benjamin. Pag.22):

[...] Isso dura até o momento em que novas violências ou violências anteriormente reprimidas vencem a violência até aqui instauradora do direito, fundando assim um novo direito para um novo declínio. É na ruptura desse círculo atado magicamente nas formas míticas do direito, na destituição do direito e de todas as violências das quais ele depende, e que dependem dele, em última instância, então, na destituição da violência do Estado, que se funda uma nova era histórica. [...]. Walter Benjamin. Pag.22).

O autor aponta que o objetivo de destituir uma determinada lei estatal, geralmente, é de controlar o poder e conseqüentemente repor uma nova ordem do estado. Por isso que todas as experiências de guerra senão as revoluções violentas dotadas como o meio para a mudança de um determinado regime geram no final a instituição de novas “alternativas” que passa necessariamente para a edificação de um novo poder do estado também violento.

Desta forma, entendemos que essas crônicas instabilidades políticas na Guiné-Bissau estão de uma forma direta ou indiretamente ligadas as experiências de guerra herdadas da primeira estrutura do estado militar guineense e que a crise político-institucional da nona (IX) legislatura também bebeu um pouco das mesmas experiências históricas de um longo período da disputa armada e posteriormente de instabilidades políticas, económicas e sociais. Ou seja, crise político-institucional da nona (IX) legislatura na Guiné-Bissau e uma nova fase da história do país tangente às violências míticas que o país já conheceu a mais de quatro décadas anteriores.

Não obstante, a nossa preocupação não é a de extinguir o estado, mas sim, a de propor adoção de uma outra estrutura do estado com maior possibilidade de dirimir a violência sangrenta e que contrapõe a *violência mítica*. Experiência controversa de violência narrada na Bíblia no antigo

---

é uma violência cíclica na medida em que a humanidade está em constantes lutas pelo poder. Ver *Para uma crítica da violência* in BENJAMIN, Walter. Escritos sobre mito e linguagem. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2011.

testamento (Gênesis 38: 27-30)<sup>2</sup> sobre a história de Judá e Tamar é um exemplo plausível para explicar essa violência não sangrenta. Tal como o nome indica, a *violência divina*<sup>3</sup> é um tipo de violência baseada na teoria religiosa, contudo, ela pode ser aplicada também na vida social e política dos indivíduos tal como sublinha Walter Benjamin:

Esta violência divina não é atestada apenas pela tradição religiosa, mas encontra-se também na vida presente em pelo menos uma manifestação consagrada. O poder que se exerce na educação, que em sua forma plena está fora da alçada do direito, é uma de suas formas manifestas. Estas não se definem pelo fato de que Deus em pessoa exerça essa violência de modo imediato, por milagres, mas por aqueles momentos de cumprimento não sangrento, golpeador, expiador de culpa. E, enfim, pela ausência de qualquer instauração de direito. (Walter Benjamin. Pag.20).

Nesse trecho, Benjamin reflete ainda sobre a questão de educação fazendo uma articulação dessa transmissão de violência ao trabalho educativo, querendo com isso alcançar a violência divina, uma experiência revolucionária que não se institui através da lógica violento do direito, que não é sangrenta e que é redentora da culpa.

Deste pressuposto, entende-se que as crônicas instabilidades deveriam estar de uma forma direta ou indiretamente tangentes as experiências de guerra herdadas da primeira estrutura do estado militar guineense e que a crise político-institucional da nona (IX) legislatura também bebeu um pouco das mesmas experiências históricas de um longo período de instabilidade política, econômica e social.

Por razão de contextualização, é impossível falar de crise política da nona (IX) legislatura sem falar da ruptura interna do PAIGC anteriormente exposta, porém, a disputa interna do PAIGC extravasou para toda esfera social e econômica do país devido atuação do presidente da república José

---

2 As narrativas bíblicas dão conta de que um homem de nome Judá tem três filhos (Er- primeiro filho, Onã- segundo filho e Selá- o último filho) com uma mulher cananea. Er e Onã são mortos por Deus porque Senhor não gostava de atitude deles quando eles casavam com Tamar. Posteriormente, Tamar disfarçada de meretriz teve relação sexual com Judá (o pai dos seus dois ex-maridos) e deu à luz gêmeos [...]. Essa história é um exemplo de violência divina, para melhor entendê-la é necessário ter acesso a própria Bíblia na referência já citada.

3 W. BENJAMIN define a violência divina como a política revolucionária que tem como objetivo combater a violência do direito sem alimentar a vingança, ela não se dirige contra os indivíduos concretos, mas sim, dirige-se às instituições do estado no sentido de mudar determinados paradigmas sociais e caracteriza-se pelo seu caráter não violento e não sangrento. Ver *Para uma crítica da violência* in BENJAMIN, Walter. Escritos sobre mito e linguagem. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2011.

Mário Vaz (depois da demissão do primeiro governo do PAIGC liderado por Domingos Simões Pereira), no entanto, todos acontecimentos políticos da nona legislatura (IX) posteriores a essa demissão são simples derivados de atuação do presidente da república.

Hoje em dia, é quase impossível falar de situação política de um determinado país sem analisar o contexto internacional tendo em conta a nova ordem económica, geopolítica e geoestratégica entre estados nações. Sendo a Guiné-Bissau um país integrante da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) torna-se pertinente analisar atuação dessa organização no cenário político caótico da nona (IX) legislatura na Guiné-Bissau sobretudo o papel de mediação desempenhado pela mesma organização durante a crise, marcado pela assinatura de acordos políticos (acordo de Conakry e acordo de Lomé). Traremos mais elementos sobre esse assunto no desenvolvimento do nosso trabalho.

Falar da crise político institucional na Guiné-Bissau tornou-se quase sinonimo de falar sobre os golpes de estado e assassinatos políticos tendo em conta várias intervenções dos militares na vida política do país tal como citamos no tópico anterior. Contrariamente de outros momentos conturbados da história política da Guiné-Bissau, a nona (IX) legislatura foi obviamente marcada por momentos críticos nos quais foram utilizados discursos políticos muito agitantes, porem, sem qualquer sinal de manifestação da classe castrense como é habitual. A forma como foi desencadeada as disputas políticas durante os três anos da nona legislatura sem intervenção militar é um significativo passo dado que constitui um fator importante no desenvolvimento da cultura política democrática no país. Contudo, a situação provocou perdas económicas irreparáveis e o país deu um passo a retaguarda no que diz respeito ao desenvolvimento projetado e reinstaurou-se a divisão do tecido social e político do país.

## 08. METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com (GIL, 2002. pag.162), a metodologia é a parte do projeto de pesquisa onde se descreve os procedimentos a serem seguidos no desenvolvimento da investigação pelo pesquisador. E que os mesmos procedimentos variam-se de acordo com a peculiaridade de cada pesquisa. Isto é, a escolha da metodologia de uma determinada pesquisa deve estar em função da natureza ou tipo de pesquisa que o pesquisador pretende investigar.

A partir deste pressuposto, é possível afirmar que a escolha de um método de investigação científica não é uma tarefa aleatória. Quando um pesquisador quer investigar um determinado problema

ele deve ser flexível em escolher o método mais plausível para abordagem da principal questão que ele procura evidenciar atendendo o tipo da pesquisa.

No entanto, dada a natureza social e humana da principal questão que presente trabalho se procura responder, o método qualitativo é o mais adequado porque ele apresenta de uma forma genérica conjunto de delineamentos que contempla o nosso problema pesquisa. Na base desse método serão utilizadas as técnicas de revisão da literatura e pesquisa documental incluindo algumas fontes documentais tais como, notas dos partidos políticos à imprensa, declarações dos atores políticos na Guiné-Bissau durante o tempo da crise, e demais meios que permitirá a recolha de qualquer informação que pode contribuir para por em evidencia os principais fatores que condicionaram crise político-institucional da nona legislatura na Guiné-Bissau.

Internet, os meios virtuais tais como youtube, facebook, e em especial meios de comunicação de massa, serão utilizados para a recolha das informações, justamente, porque durante o período da crise política anteriormente exposto, esses instrumentos foram canais importantíssimos na veiculação e divulgação de informações as oficiais assim com as não oficiais mas que podem contribuir de uma maneira significativa para o sucesso da nossa investigação.

Por outro lado, projetamos utilizar as entrevistas sime-estruturadas como técnica flexível para a exploração das opiniões dos conhecedores do cenário político da Guiné-Bissau tais como os professores, professoras, cientistas políticas, assim como qualquer individualidades capaz de contribuir para a nossa pesquisa. Entrevista sime-estruturada é um tipo de entrevista que banha no intervalo da entrevista estruturada e a entrevista não estruturada.

É também conhecida com uma técnica de recolha de informações na qual o entrevistador possui uma diretriz inicial a seguir e permite que a conversa seja conduzida sem seguir totalmente uma mesma direção, e isso pressupõe dizer que é possível a alteração das perguntas durante a entrevista, dependendo da interação (conversações) entre o entrevistado e entrevistador.

Dada a sua flexibilidade, a entrevista é uma técnica com maior possibilidade de aproveitamentos e recolha das informações. Procuramos aprofundar o nosso conhecimento sobre a importância da flexibilidade da entrevista na recolha das informações nos seguintes argumentos do investigador GIL na sua obra intitulada “Como elaborar um projeto de pesquisa”:

É fácil verificar como, entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como *informal*, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode *ser focalizada* quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. (GIL,2002, pag.117).

Pretendemos também utilizar a pesquisa documental porque esta nos permitirá a não limitar na consulta de um só tipo de documento. Pois a pesquisa documental é aquela que tem como principal fonte o documento, portanto, ele envolve qualquer que seja elemento que fornece informações validas para responder o problema da pesquisa independentemente do tipo de documento. Tal como enfatiza (GIL,2010):

“Para os fins da pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado facto ou fenómeno. [...]”. (GIL,2010.pag.147).

Apesar de apresentarem algumas semelhanças, as pesquisas documental e a bibliográfica são diferentes, pois a última baseia-se nos materiais ou fontes bibliográficas que já foram elaborados por outros autores tais como livros, artigos científicos, etc. Mas existem também muitas outras fontes que são de interesse para a pesquisa bibliográfica, por exemplo, obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo. Ao passo que a pesquisa documental funda-se nos documentos que ainda não foram alvo de análise e nem de interpretação por parte de quem investiga.

No caso da pesquisa bibliográfica o investigador procura saber quais são as contribuições que outros autores já deram sobre o tema da sua inquietação e com base nas mesmas contribuições o pesquisador fundamenta teoricamente o seu conhecimento sobre o tema da sua pesquisa. (CRESWELL,2010. Pag.51) afirma que depois que o pesquisador tiver identificado um tópico que pode e deve ser estudado pode passar para a busca da literatura relacionada ao tópico. A revisão bibliográfica [...] Compartilha com o leitor os resultados dos outros estudos que estão intimamente relacionados [...].

Desta forma a nossa primeira fase da pesquisa será marcada com a revisão bibliográfica através das obras pelas quais alguns autores ou autoras já se explicitaram as suas opiniões sobre temas correlacionados a nossa investigação. “ A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já

publicado. Tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. [...]” (GIL, 2010.pag.29).

A segunda parte será dedicada para a recolha, análise e interpretação de documentos que eventualmente podem nos fornecer informação que visa compreender os principais fatores que condicionaram crise político-institucional da nona legislatura na Guiné-Bissau, que é o nosso principal objetivo. Nesta fase a nossa principal tarefa vai ser a de organizar e sumarizar os dados de forma tal que possibilitam o fornecimento das respostas no sentido mais amplo ao problema proposto.

E finalmente pretendemos depois da análise e interpretação dos dados documentais, cruzar os resultados provenientes da interpretação das provas dos documentos com as teorias que servirão da nossa fundamentação teórica para poder gerar o resultado final da pesquisa.

## 09. REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro**: nações, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia do séc. xv ao séc. xx: Em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia**. SORONDA, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP): Revista Estudos Guineenses, 09 de Janeiro de 1990.

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. Trad. Bra. Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2011.

CABI, Sambite Santos: **Instabilidade política e militar na Guiné-Bissau**: Percepções sobre o golpe de estado de 12 de Abril de 2012. UNILAB, Redenção-CE, 2017.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné portuguesa versus Guiné-Bissau**: A luta da libertação nacional e o projeto de construção do estado guineense. Número temático: Literatura, cultura e memória negra. A Co 226 r das Letras- UEFS, n. 12, 2011.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: Da luta Armada à Construção do Estado Nacional**- Conexões entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994). UFBHA. Salvador, 2013.

COUTO, H. H. do. e EMBALÓ, F. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**-Um país da CPLP. Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares. Brasília, Número 20, 2010.

Constituição da República. Assembleia nacional popular - República da Guiné-Bissau-1996. Disponível em: [www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicaoguine.pdf/at\\_download/file](http://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicaoguine.pdf/at_download/file). Acesso em: 25 de Janeiro de 2019 pelas 10H00.

CRESWELL, John W. **Projecto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 3edicao.-Porto Alegre: Artmed, 2010.

Crise política na Guiné-Bissau agrava-se. Disponível em: [www.dw.com/pt-002/crise-pol%C3%ADtica-na-guin%C3%A9-bissau-agrava-se/a-18633249](http://www.dw.com/pt-002/crise-pol%C3%ADtica-na-guin%C3%A9-bissau-agrava-se/a-18633249). Acesso em 25 de Janeiro de 2019 pelas 17H00.

Crise política na Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/crise-pol%C3%ADtica-na-guin%C3%A9-bissau/a-18659770>. Acesso em 28 de Janeiro de 2019 pelas 14H40.

Decreto presidencial nº 5/2015-Demitido o primeiro-ministro Domingos Simões Pereira. Disponível em: <http://www.odemocratagb.com/?p=5841>. Acesso em 27 de Janeiro de 2019. Pelas 20H43.

DJALO, Tcherno. **O mestiço e o poder: Identidade dominações e resistências na Guiné**. Lisboa: Nova Veja, 2012.

Eleições de 2014 na Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-de-2014-na-guin%C3%A9-bissau/a-17509306>. Acesso em 20 de Janeiro e 1019 pelas 20H50.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Gil, Antônio Carlos, 1946-**Como elaborar projetos de pesquisa**. -4ª. ed. - São Paulo :Atlas, 2002

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo. Editora. Atlas S.A. 2010.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2ªed. Coleção Pensamento Crítico. Vol. 55, Rio de Janeiro: Paz e Terra,1997.

IX LEGISLATURA: **Cipriano Cassamá eleito presidente de Assembleia Nacional Popular**: Disponível em: <http://www.odemocratagb.com/?p=1083>. Acesso em 25 de Janeiro de 2019 pelas 11H30.

LOPES, Carlos. **Kaabunké**: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gambia e Cassamance pré-coloniais. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

LOPES, Carlos. **O Kaabu e os seus vizinhos**: Uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. Afro-Asia, 32 (2005), 9-28.

LY-TALL, Madina. **História geral da África • IV África do século XII ao XVI**: O declínio do Império do Mali. Editor Djibril Tamsir Niane. -2.ed. Rev. -Brasília. ISBN: 978-85-7652-126-6: UNESCO, 2010.

MENDY, P. K. et al. Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso. Bissau: INEP, 1996.

Presidente eleito da Guiné-Bissau - José Mário Vaz, toma posse. Disponível em: [http://www.rtp.pt/rdpafrica/noticias-africa/presidente-eleito-da-guine-bissau-jose-mario-vaz-toma-posse\\_2908](http://www.rtp.pt/rdpafrica/noticias-africa/presidente-eleito-da-guine-bissau-jose-mario-vaz-toma-posse_2908) .Acesso em 24 de Janeiro de 2019 pelas 15H00.

SEMEDO, R. J. et al. **Tenções mundiais**. Revista do observatório das nacionalidades. Fortaleza: Eduece, 2011.

SOUSA, Julião Soares. **Guiné-Bissau: a destruição de um país**. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional. 1 -edição. Coimbra, 2012.

SOUSA, Miguel Girão de. **Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de Abril e a necessidade da reforma do sector de segurança**. Coleções [ULL-FCHS] LPIS, n. 08 (2013).Repositório das Universidades Lusíada. Lisboa, 2014.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau 1994-2004**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.